

LESTE DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: (RE)ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO A PARTIR DE RELAÇÕES ENTRE ATORES ESTATAIS E NÃO-ESTATAIS

The Eastern Democratic Republic of the Congo: (re)structuring of the State based on relations between state and non-state actors

Marcelle Christine Bessa¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** christinemcbm@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6718-3871>.

Recebido em 30 dez. 2020 | Aceito em 29 abr. 2021.

RESUMO

Muitas discussões acerca da governança de recursos naturais nos Estados pós-coloniais têm ocorrido, recentemente, na literatura de Relações Internacionais. No entanto, a maior parte dessas discussões busca focar no papel do Estado. Esse *paper* buscará mudar esta abordagem, deslocando seu foco para a atuação dos atores não-estatais, sobretudo, *warlords* e grupos armados regionais. Assim, serão apontadas discussões sobre as relações existentes entre esses atores e os atores estatais, apresentando as (re)articulações existentes a partir do conceito de “global assemblage”. Analisando a atuação dos grupos armados e *warlords* na região leste da República Democrática do Congo (RDC), mostraremos as diferentes interações entre atores estatais e não-estatais, em relações de competição e cooperação, produzindo novas práticas, instituições e formas de governança.

Palavras-chave: *Assemblage*; República Democrática do Congo (RDC); *warlord*.

ABSTRACT

Many discussions about the governance of natural resources in post-colonial states have recently occurred in the literature on International Relations. However, most of these discussions seek to focus on the role of the State. This paper will seek to change this approach, shifting its focus to the role of non-state actors, above all, *warlords* and regional armed groups. Thus, discussions on the existing relationships between these actors and state actors will be pointed out, presenting the existing (re)articulations based on the concept of “global assemblage”. Analyzing the role of armed groups and *warlords* in the eastern region of the Democratic Republic of Congo (DRC), we will show the different interactions between state, and non-state actors, in competitive and cooperative relationships, producing new practices, institutions and forms of governance.

Keywords: *Assemblage*; Democratic Republic of Congo (DRC); *warlord*.

INTRODUÇÃO

Durante o período de colonização congoleza, o setor industrial belga, que necessitava de matérias-primas e mercado para seus produtos, foi dinamizado pelas reservas de recursos naturais e humanos congolezes, formando uma economia de enclave, voltada, sobretudo, para o exterior e explorada por atores não-estatais. Assim, os recursos naturais congolezes, ao longo da história, contribuíram para o financiamento dos conflitos, conduzidos tanto pelo governo quanto pelos senhores da guerra - os *warlords*. Mas havia algum benefício para a economia nacional? Vale salientar que a ligação entre conflitos e recursos naturais é tão antiga quanto os povoamentos humanos, além disso, há na história diversas alianças forjadas com o objetivo de acesso e controle dos recursos.

No entanto, nos Estados formados em meados do século XX, existe uma imbricação entre conflitos e recursos naturais, com a presença das elites nacionais, dos Estados vizinhos e de *warlords*, além da participação de companhias multinacionais. Assim, as guerras congolenses iniciadas na década de 1990 mostram exploração dos recursos, apresentada no relato de Mwenze, ministro do interior durante o governo de L. Kabila, segundo o qual, “precisávamos de dinheiro para financiar a guerra. Usamos nossas minas e recursos para evitar agressões estrangeiras. Isso é ilegal?” (Stearns, 2011, p. 316).

Este *paper* argumenta sobre a importância da exploração de recursos por atores não-estatais e seus impactos e transformações na governança dos mesmos. Para tal, situa-se essa exploração em uma abordagem ampla na qual busca apresentar a rearticulação das relações entre atores estatais/não-estatais, além da interação entre os ambientes local/global. Além disso, buscar-se-á investigar sobre benefícios nacionais. Há a erosão do poder estatal? Está ocorrendo um desmonte do Estado, conforme representado tradicionalmente? Ou nem mesmo houve consolidação deste Estado?

Para a investigação de tais perguntas, apresenta-se como as global *assemblages* nos ajudam a pensar de forma ampla as (re)articulações entre atores estatais/não estatais, bem como cooperação/competição, produzindo novas práticas e instituições de governança dos recursos naturais. Para tal este estudo estará dividido em três partes. Na primeira, *Global Assemblages*, apresenta o conceito de *assemblage* e como ajuda a entender o caso congolês. A segunda parte, *Warlords* na RDC: Estado falido ou forma de organização política alternativa? buscará entender de que forma os *warlords* (co)existem com o Estado na região investigada. Na terceira parte, Os recursos naturais congolenses nos conflitos civis, será discutida a relação entre atores estatais e não-estatais na governança desses recursos. Por fim, serão apresentadas as considerações deste estudo.

GLOBAL ASSEMBLAGES

De acordo, Deleuze, *assemblage* seria um conceito que se pretendia uma “*general logic*”² (Nail, 2017, p. 21), porém, nunca foi formalizado como uma teoria. Isso coloca problemas, reconhece Delanda, para quem deseja empregá-lo, uma vez que “hardly amounts to a fully fledged theory”³ (citado por Nail). Assim, Nail busca em seu trabalho essa formalização, pois, de acordo com ele, Deleuze e Guatarri possuem, sim, uma teoria de *assemblage*.

No centro desta análise, argumenta-se que a lógica de uma *assemblage* é a rejeição de unidade e essência em favor de multiplicidade e eventos, respectivamente, constituindo uma alternativa para lógica de unidades. Dessa forma, as partes não trabalham fora desse todo⁴, pois

² Lógica geral (tradução livre).

³ Dificilmente equivale a uma teoria bem desenvolvida (tradução livre).

⁴ Unidades trabalham juntas, em harmonia, em função de um todo, como um corpo humano.

não haveria como existir fora dele, assim como impossibilita a existência do todo sem uma parte⁵, não há remanejamento das partes sem destruição de todo o processo. Além disso, quando as partes existem independente de suas relações internas dentro de uma unidade, ela deixa de ser unidade e passa a ser mecanismo, definido apenas por suas relações externas. No entanto, a *assemblage* não é definida somente por suas relações externas, “*assemblage is a multiplicity, neither a part nor a whole*”⁶ (p. 23), portanto, os elementos que compõem uma *assemblage* podem ser subtraídos, adicionados ou recombinações sem criar ou destruir uma unidade orgânica, ou seja, “um todo fragmentário” (p. 23). Cada recombinação produz um novo tipo de *assemblage*, sempre livre para se recombinar, novamente, e mudar sua natureza. Portanto, o importante na *assemblage* não são seus elementos, mas as relações entre eles.

Outra importância ocorre por ser uma alternativa à lógica de essências, ou seja, o que define algo, assumindo que é um produto completo e finalizado, cujas características são imutáveis. Dessa forma, a pergunta de Deleuze e Guattari não seria “*what is...?*”, mas *how? where? when? from what viewpoint?*, pois constituem eventos e não essências. Cabe ressaltar que uma *assemblage* não tem essência, características singulares, não o que é, como um produto finalizado, nem um produto independente de uma rede social ou processos históricos aos quais está conectado. Uma vasta rede de processos continuamente molda um fragmento, não podendo ser constituído como um produto final (Nail, 2017). Ademais, temos acesso somente a certo ponto, sem um processo finalizado.

A consideração de um processo não finalizado aplica-se no estudo proposto neste *paper* ao entendermos o Estado como tal. Neste caso, os Estados pós-coloniais, cujos processos de formação, além da violência colonial, possuem processos complexos de violência em sua consolidação, com a participação de diversos atores estatais e não-estatais, além de atores internos e externos. Dessa forma, utilizaremos a noção de um processo dual de montagem e desmontagem do Estado, semelhante ao estudo de Abrahamsen e Williams (2009)⁷, buscando suas implicações para a governança de recursos. Além disso, é importante considerar os processos de globalização, rearticulando as estruturas nacionais e globais (Abrahamsen; Williams, 2009). Na RDC, esses processos possuem grande impacto na exploração, que conta com a participação de grupos armados congolese financiados pelos governos dos Estados da região - Ruanda, Uganda, além da RDC. O comércio/consumo desses recursos, também, sofre tais impactos, uma vez que ocorre com a articulação desses atores mencionados, bem como de companhias.

Frente a este cenário, faz-se importante as discussões sobre eventual desmontagem parcial de Estados nacionais durante o processo. No entanto, como no estudo de Abrahamsen e

⁵ Nail (2017) apresenta como exemplo o coração humano. Não funciona fora do corpo, por conseguinte, o corpo não funciona sem o coração.

⁶ *Assemblage* é uma multiplicidade, nem parte nem todo (*tradução livre*).

⁷ Este estudo se debruça sobre a privatização da segurança na política internacional, focando companhias militares privadas e mercenários, na Nigéria e Serra Leoa.

Williams (2009), entende-se que tal processo resulta no desenvolvimento de novas *assemblages* globais. Portanto, a globalização e a exploração dos recursos congolezes por atores não-tradicionais - através de suas articulações e rearticulações - não estão simplesmente erodindo o Estado, uma vez que o próprio Estado congolês participa desse processo de desmembramento parcial, (re)estruturando as relações entre soberania estatal e governança de recursos; poder e autoridade; e mercado global.

Ademais, serão apresentados os desenvolvimentos na relação entre grupos armados, liderados por *warlords*, e Estado soberano, estruturas de poder político e autoridade, e as operações no mercado global. A exploração de recursos por grupos armados não é apenas transferência das funções de governança, não é simplesmente erosão estatal. O Estado participa dessa dinâmica na qual se (des)monta e (re)monta. Portanto, do ponto de vista do conceito de *assemblage*, a capacidade das funções clássicas do Estado não se contrai ou se expande a partir das relações dos atores mencionados. Colocado diferentemente, os atores não-estatais circulam no domínio estatal, em uma lógica que transita entre competição e cooperação, em níveis variáveis, constituindo relações e situações fluidas.

Entendemos, portanto, que há (re)estruturação e (re)configuração amplas das relações estatal/não-estatal e local/regional. Então, coadunando, com o apontamento de Nail (2017) para o risco de uma visão simplista da *assemblage*, como uma mistura de elementos heterogêneos, pois trata-se de um processo constitutivo que estabelece um tipo específico de arranjo – um *agencement*. Assim, todas as assemblagens possuem condições, uma rede de relações externas específicas - “*abstract machine*”. A condição é abstrata porque não existe como um objeto, mas é estabelecida a partir de um conjunto de relações, porém é real na medida que as relações são estabelecidas por elementos concretos. As *assemblages* são definidas por diferentes tipos de relação, portanto, existem diferentes tipos de “*abstract machine*” que arranjam os elementos de uma forma ou outra. Portanto, a *abstract machine* é a condição de possibilidade, a relação entre os elementos, porém, como não é uma entidade transcendente nem algo existente, não pode ser representado. É importante salientar que a designação – *abstract machine* – se refere a um único tipo de relações, oposto a nomes comuns, que se referem a categorias essencialistas.

A partir dessa lente, será apresentado um tipo de ator excluído da literatura tradicional, porém com grande atuação na região de escopo desse artigo: os *warlords*.

WARLORDS NA RDC: FORMA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ALTERNATIVA?

O corpo bibliográfico existente acerca das Relações Internacionais e do Estado no sentido clássico busca excluir - ou reconhecer a existência de atores não-estatais. A atuação destes, quando abordada, é investigada partindo de um paradigma: clandestinidade, ilegitimidade. A partir das *assemblages*, no entanto, partimos da premissa que tais atores - no escopo deste trabalho, os *warlords* - atuam em condição de competição/cooperação com o Estado, possuindo relações com estes e outros atores não-estatais. Além disso, considera-se sua legitimidade dentro deste contexto, relação de atores estatais/não estatais na perspectiva das *assemblages*, não se

compreende, nesta pesquisa, a política *warlord* como clandestina, pois conforme apontado, o artigo não adota formas essencializantes de análise.

Dessa forma, apresenta-se a abordagem de Reno (1999), que propõe um entendimento dos Estados pós-coloniais africanos a partir de organizações *warlord*, na qual este sistema é difundido e integral no continente, desafiando a suposição sobre como atores políticos calculam seus interesses. Assim, questiona-se a forma de organização política nestes Estados. Os *warlords* seriam invisíveis para o governo central? É importante salientar que, durante o período colonial, as regiões periféricas do Estado congolês - o Leste, sobretudo - ficavam sob controle de chefes locais, cooptados pelo poder colonial (Hochschild, 1999; Silva, 2012). Vale ressaltar que, conforme a perspectiva proposta neste *paper*, atores estatais e não-estatais se articulam em processos de cooperação e competição, (re)articulando a representação de Estado. Entende-se que os *warlords* constroem sua política através da máscara de um Estado formal. Dessa forma, o governo central contribui para política *warlord*, rejeitando um projeto de Estado que objetiva o bem coletivo, criando instituições capazes de desenvolver perspectivas independentes e agir de acordo com seus interesses de exercer poder pessoal. Compreendemos, portanto, que *warlords* e Estados atuam “alinhados”, (re)organizando suas relações e formando (novas) instituições dentro da representação de Estado.

Para compreensão do sistema *warlord*, é importante a concepção de que os Estados coloniais não foram criados para se tornarem Estados soberanos, mas para atender às demandas das respectivas metrópoles. Assim, os Estados pós-coloniais encontram-se em persistente fase de formação, possuindo soberania nominal, de acordo com perspectivas tradicionais, e assegurando uma ordem (pós)colonial. Dessa forma, para assegurar a aparência de soberania - controle exclusivo sobre população e território - os governantes necessitam negociar informalmente, ou se articular a partir de *assemblages*, com indivíduos que exercem poder. Seriam os “*shadow states*”, “a very real, but not *formally* recognized, patronage system that was rigidly organized and centered on rulers’ control over resources” (Reno, 1999, p. 2, *ênfase minha*). Esse controle limita o poder dos rivais, sem a necessidade de criar burocracias fortes, além disso, a tal controle se converte em recursos políticos.

Vale notar que apesar de propor uma nova abordagem, Reno (1999) baseia a sua análise em visões economicista e estadocêntrica. No entanto, seu estudo se faz importante para esta pesquisa por dois motivos. Primeiro, o reconhecimento de outras autoridades, coexistindo com a narrativa internacional de Estado. Segundo, por seu alinhamento com a abordagem deste estudo sobre a coexistência e a relação de competição/cooperação entre atores estatais e não-estatais. Pois, mesmo propondo uma pesquisa além das abordagens estadocêntricas, limita-se pelo conhecimento já existente e coloca sua abordagem dentro dos limites economicista e estadocêntrico.

A dimensão externa da política *warlord* seria a dependência externa e fraqueza institucional interna, uma vez que não se busca uma perspectiva não tradicional, como a proposta,

pode ser entendido como fraqueza estatal. Na era bipolar, as relações com Estados não-africanos providenciavam apoio diplomático e estratégico para os mesmos. Robert Jackson os define como *quasi-states* devido à dependência externa e fraqueza institucional. Assim, considera que a patronagem é utilizada pelos governantes com dois objetivos - financiar suas redes de clientes e providenciar benefícios para aumentar sua rede de apoiadores. Então, Estado fraco “signifies a spectrum of conventional bureaucratic state capabilities that exists alongside (generally very strong) informal political networks”⁸ (Reno, 1999, p. 2).

Segundo Reno (1999), muitos Estados se articulam com *warlords* após o fim da Guerra Fria, o declínio de recursos promovidos pelas potências e o novo contexto internacional. No entanto, a política *warlord* não seria o destino dos Estados fracos, mas produto de suas ações e escolhas, suas relações. Haveria, ainda, um paradoxo. A liberalização política e econômica enfraquece os incentivos de governantes de maximizar poder, através da geração de crescimento econômico e rendas estatais, no entanto, mobilizam novas oportunidades, uma vez que existem diversas autoridades tradicionais que providenciam as necessidades para a população. Isso ocorre, sobretudo por dois fatores. O primeiro seria os ganhos imediatos possibilitados pela exploração dos recursos naturais, drenando a renda do Estado. O segundo se dá através da lealdade da população, uma vez que esses atores providenciam necessidades que não supridas pelo poder estatal.

Entende-se, ainda, que governantes e *warlords* manipulam definições de soberania e Estado para protegerem a sua autoridade pessoal. Dessa forma, o reconhecimento de soberania de Estados fracos seria o reconhecimento de política *warlord* pelo sistema internacional? Segundo Reno (1999), “Zaire’s true political system operates outside the conventions of formal state sovereignty”⁹ (p. 147).

OS RECURSOS NATURAIS CONGOLESES NOS CONFLITOS CIVIS

O conflito congolês, que se iniciou em 1996 e transformou-se em uma guerra continental, se iniciou com quase toda a região unindo-se contra Mobutu. Em 1998, no entanto, as alianças estavam diferentes, com Ruanda, Uganda e Burundi de um lado, e Angola, Namíbia, Chade e Zimbábue de outro. Dessa forma, a primeira invasão congoleza estava relacionada com fatores de segurança e geopolítica. Não foi a ganância pelos recursos minerais do país que provocou as incursões, mas o suporte de Mobutu a rebeldes angolanos, ruandeses e ugandenses. No entanto, os recursos tornar-se-iam decisivos com o avanço do conflito (Stearns, 2011).

Assim, os Estados envolvidos possuíam os interesses econômicos no conflito, porém havia complexa rede de considerações nacionais e regionais, políticas e empresariais. Em alguns casos, os políticos exploraram os recursos naturais para benefício pessoal; em outros, eles o fizeram para

⁸ Significa espectro de capacidades burocráticas convencionais do Estado que existem ao lado das redes políticas informais (geralmente muito fortes) (*tradução livre*).

⁹ O verdadeiro sistema político do Zaire opera fora das convenções da soberania formal do Estado (*tradução livre*).

financiar as operações de guerra e do governo. Os governos e as empresas estrangeiras estavam envolvidos, mas de uma grande variedade de formas, desde a cumplicidade direta até responsabilidade mais tangencial (Stearns, 2011, p. 316).

Destarte, alguns recursos naturais, como diamantes e minérios, são mais facilmente controlados por setores informais. O comércio ilegal de ouro, por exemplo, proveniente da província do Kivu Sul, que financiou o movimento rebelde de L. Kabila, o *Parti de la Révolution du Peuple* (PRP), e a criação da *Alliance of Democratic Forces for the Liberation of Congo-Zaire* (AFDL). O ouro, além do coltan, fazia parte da “economia de guerra” congoleza, financiando diversos grupos armados¹⁰ (Le Billon, 2005; Burnley, 2011).

Vale notar que os recursos naturais congolezes financiaram, em grande medida, a campanha de Kabila. Após obter o controle das províncias de Kasai e Shaba, em abril de 1997, as *companhias mineradoras internacionais* foram o grande suporte para o financiamento das tropas da AFDL. A expropriação de recursos naturais do país com objetivo de financiamento de esforços de guerra teve início durante a Primeira Guerra do Congo e se tornou uma prática comum. As explorações ocorridas durante este período fizeram parte de uma primeira fase de explorações: a de pilhagens em média escala. A exploração de recursos congolezes era encorajada por Kabila e pelas tropas da AFDL, através do estabelecimento de negócios nas “zonas liberadas” por tropas estrangeiras. Houve, ainda, suporte de potências ocidentais às partes beligerantes da guerra. Os EUA, que tinham o objetivo de estender influência na África Central, além de apoiarem militarmente a AFDL, exerceu grande influência, bloqueando o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) frente à guerra de agressão. Já a França, tentando manter influência na região a partir do governo de Mobutu, solicitou intervenção humanitária no CSNU, entretanto, com a inevitabilidade da queda de Mobutu, apoiou um governo de transição, resultando em concessões durante o governo de Kabila (Silva, 2012).

“A combinação de suporte militar externo e financiamento através de pilhagem de recursos congolezes permitiu que as forças armadas nacionais fossem derrotadas e desmanteladas...” (Silva, 2012, p.138). Assim, após o término do conflito, os rendimentos continuaram tendo como base a concessão de contratos para exploração de recursos naturais, que eram, também, distribuídos entre os apoiadores de L. Kabila, que eram de fundamental importância para construção e manutenção de seu regime. Essa exploração continuava, principalmente, devido à permanência de tropas estrangeiras no leste do país, o que permitia o acesso às riquezas naturais, sobretudo, no leste do Congo, onde existem diversas reservas

¹⁰ É importante salientar que os recursos congolezes financiaram conflitos bem como atores estatais e não-estatais ao longo de todo o período de sua história -pré-colonial, colonial e pós-colonial. No entanto, essa exploração tornou-se sistemática e principal fonte de financiamento na década de 1990, com o fim da Guerra Fria. Os dois principais conflitos congolezes deste período, principalmente o segundo (1997-2002), tiveram como objetivo a exploração dos recursos naturais do leste congolês, financiando grupos armados estatais e não-estatais. Dentre esses grupos encontra-se a AFDL, liderado por L. Kabila, que derrubou o governo Mobutu, que durava mais de três décadas. Vale salientar que a AFDL incluía outros grupos em sua formação: *National Council of Resistance for Democracy* (CNRD) – liderado por André Kisase Ngandu - *Revolutionary Movement for the Liberation of Congo* – MRLZ, liderado por Anselme Masasu - *Democratic Alliance of the People* – ADP, liderado Déogratias Bugera.

minerais e tem sido afetado por diversos conflitos violentos, com o uso de mercenários estrangeiros, a existência de senhores da guerra e o envolvimento de atores externos.

A exploração industrial dos recursos minerais se iniciou na década de 1920 e se expandiu devido ao crescimento da demanda global por matérias-primas. As empresas mineradoras estatais trabalharam na direção da intensificação capitalista da produção, providenciando infraestrutura básica e serviços sociais para os trabalhadores. A exploração industrial mineral, lentamente, declinou após 1960, quando ocorreu a independência política do país e o setor minerador passou a ser controlado pelos congolezes. Mobutu, que centralizou os poderes político e econômico do país, nacionalizou grande parte das empresas, gerando efeitos desastrosos para a produção mineral do, então, Zaire (Geenen, 2011).

A zairanização¹¹, em 1973, nacionalizou todas as empresas, plantações e outros negócios. Tais medidas objetivavam as principais fontes de divisas do regime, ou seja, os setores de cobre e cobalto, além de alguns produtores de ouro e diamantes. No entanto, o único setor que continuou crescendo foi o do cobre, que, com a queda de seu preço mundial em 1975, teve forte impacto na economia zairense. Para conter os impactos negativos da zairanização, Mobutu diminuiu o controle sobre a exploração dos recursos minerais e, em 1982, houve a lei da “liberalização da exploração e comércio de metais preciosos”. Essas medidas foram apresentadas como uma forma dos zairenses se beneficiarem do potencial do país. A lei permitia que todos os cidadãos congolezes possuíssem e transportassem ouro, diamantes e outras pedras preciosas, além disso, poderiam se candidatar a licenças de mineração e exportação, pois acreditava-se que sendo todos registrados, haveria controle sobre o setor (Deibert, 2013; Döpcke, 2002; Geenen, 2011). Com isso, houve um influxo de comerciantes e mineradores artesanais para as regiões mineradoras e o setor começou a crescer novamente, aumentando, também, o contrabando no leste do país. Dessa forma, as províncias da região voltaram-se para os países vizinhos, sobretudo Quênia e Burundi, onde os minerais contrabandeados do Congo eram exportados para o mercado mundial, permanecendo na informalidade, reforçada durante os períodos de guerra (Geenen, 2011).

Após o fim da “guerra de libertação”, L. Kabila queria reformar o setor minerador, além de torná-lo mais independente das empresas anglo-americanas. Os contratos concluídos antes do conflito foram renegociados e a exploração concedida, através de acordos. No entanto, com o governo fraco e necessitando de recursos, os acordos foram favoráveis, apenas, para as empresas e a elite do governo congolês. Na década de 1990, devido a um golpe militar, sanções internacionais e a guerra civil no Burundi, os minerais congolezes passaram a ser contrabandeados para Kampala. Durante a Segunda Guerra do Congo, Ruanda e Uganda, além de trânsito para os minerais contrabandeados, passaram a se envolver diretamente na pilhagem dos recursos congolezes. Havia redes político-comerciais congolezas ligadas a grupos armados e financiadores estrangeiros, aumentando a criminalização do setor minerador. O controle da exploração e das

¹¹ O processo de zairanização tinha por objetivo nacionalizar terras e negócios em território zairense, tornando todos posse do governo.

rotas de comércio dos minérios, além de incentivo, tornou-se um meio de financiamento dos grupos rebeldes e exército congolenses, além dos países vizinhos (Geenen, 2011).

Dessa forma, o conflito passou a ser considerado pela dinâmica do controle dos recursos naturais congolenses. Após o fim da guerra, as empresas retomaram suas atividades. A produção da maioria das *commodities* aumentou, mas a economia congolense permanecia vulnerável. Em 2002, Kabila adotou nova lei para a mineração, sob orientação do FMI e do Banco Mundial, fornecendo uma estrutura legal para títulos de mineração e permissão para o comércio, que diferenciava três modos de produção: indústria, artesanal e de pequena escala, priorizando projetos de grande escala (Geenen, 2011).

As províncias localizadas no leste congolês foram as que mais sofreram intervenções, devido à cobiça ruandesa e ugandense por seus minerais. Cabe ressaltar que esta região possui grandes reservas de ouro, diamantes e manganês. O envolvimento de ambos os países no conflito da RDC é complexo, pois apesar de se acreditar que o comércio ilegal dos recursos da região ocorreu com apoio tácito de seus governos, é difícil a obtenção de informações precisas sobre tais fatos. A aliança entre Ruanda e Uganda foi interrompida no decorrer do conflito e teve como ponto de inflexão o confronto pela província de Kisangani, rica em recursos minerais (Alao, 2007). Na região de Nord e Sud Kivu, as FDLR, composta por rebeldes ruandeses, controlam diversas áreas de mineração desde 2003. “O grupo explorou (e explora) vasta reservas de ouro, cassiterita e coltan da região, mediante uma rede bem montada, que possibilita a chegada dos recursos a compradores extracontinentais”. A extração dos minérios ocorre de forma artesanal, facilitando o acesso aos recursos, posteriormente, o trânsito é feito por Uganda, Ruanda e Burundi, e a saída, pelos portos de Mombasa ou Dar es Salaam, com destino à Ásia e Europa. Vale enfatizar que a exploração de recursos naturais passou a ser a principal atividade do grupo, em detrimento das pretensões políticas (Silva, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora governança e exploração de recursos naturais sejam abordadas na literatura recente de Relações Internacionais, a atuação dos atores não-estatais é excluída desta literatura. A razão pela qual isso acontece, é a negligência relacionada a estes atores que ocorre por serem considerados ilegítimos. A importante contribuição de Reno (1999) para o estudo de política *warlord* foi apresentado neste *paper*, além de outros atores, buscando a compreensão das dinâmicas existentes na região entre atores estatais, não-estatais e o mercado global.

Distinguindo entre poder/autoridade desses atores, argumentamos que as relações entre eles variam em diferentes níveis de competição e cooperação. Vale lembrar que não adotamos a compreensão essencialista sobre (i)legitimidade dos mesmos, e consideramos somente suas relações e coexistência. Destarte, a partir do exposto, compreendemos que tais atores se integram vertical e hierarquicamente, uma vez que os atores não-estatais são marginalizados da literatura e análises tradicionais de RI. No entanto, constatamos que se relacionam de forma horizontal,

ocorrendo, ainda, relações desses atores totalmente descoladas do Estado, ou seja, constituindo suas próprias relações internacionais.

Portanto, a partir dos estudos de *assemblage*, entendemos que a representação de Estado, fora de suas concepções essencializantes, construiu, com esses atores, um ambiente híbrido e pluralizado, cuja estrutura conjuga relações estatais/não-estatais; locais/regionais; e mercado global. Além disso, não consideramos a existência de erosão estatal, pois o Estado e atores não-estatais constituem uma relação de competição/cooperação, produzindo novas práticas e instituições, ou seja, uma nova forma - específica - de governança de recursos naturais que são, simultaneamente, locais/regionais e estatais/não-estatais.

Então, em relação à questão inicial, se a região leste congoleza apresenta uma representação política alternativa ao Estado, acredita-se na existência de (re)produção da representação estatal. Vale ressaltar que compreendemos o Estado como um processo não finalizado, que se (re)constrói à medida que suas relações se alteram. Além disso, pode-se constatar a existência dessas articulações em outros Estado do continente¹², bem como em outras regiões outrora colonizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrahamsen, R.; Williams, M. C. (2009). *Security Beyond the State: Global Security Assemblages in International Politics*.

Alao, A. (2007). *Natural Resources and Conflict in Africa: the tragedy of endowment*. USA: University of Rochester Press.

Burnley, C. (2011). "Natural Resources Conflict in the Democratic Republic of the Congo: a question of governance?", *Sustainable Development Law & Policy*, 12(1), Fall 2011: Natural Resource Conflicts. Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1492&context=sdl>

p. [Acesso em: 15 Out. 2014].

Deibert, M. (2013). *The Republic Democratic of Congo: between hope and despair*. London and New York: Zed Books.

Döpcke, W. (2002). 'Há uma luz no coração das trevas? Guerra e paz no Congo'. *Boletim Meridiano* 47, 3(19), Jan-Fev, pp. 16-28. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4564>. [Acesso em: 30 Set. 2014].

¹² Libéria, Serra Leoa e Angola são os casos mais conhecidos. Além disso, existe o caso atual de Cabinda, território pertencente à Angola. No entanto, todos são muito pouco estudados, visto que a literatura tradicional de RI o faz principalmente pelo prisma estatal.

Geenen, S. (2011). "Local Livelihoods, Global Interests and the State in the Congolese Mining Sector", in: ANSOMS, An; MARYSSE, Stefaan. *Natural Resources and Local Livelihoods in the Great Lakes Region of Africa: a political economy perspective*. New York: Palgrave MacMillan, pp. 178-197

Hochschild, A. (1999). *O Fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 9-192.

Le Billon, P. (2005). *Fuelling War: natural resource and armed conflict*. London and New York: Routledge.

Nail, T. (2017). "What is a Assemblage?". University of Winsconsin Press, 46(1), (issue 142), p. 21-37.

Reno, W. (1998). *Warlord Politics and African States*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Silva, I. C. (2012). *Congo, a Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz*. Porto Alegre: Leitura XXI, Cebráfrica, UFRGS.

Stearns, J. K. (2011). *Dancing in the Glory of Monsters: the collapse of the Congo and the great war of Africa*. New York: Perseus Books.